



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público para a Celebração de
Termo de Colaboração com a Organização da Sociedade Civil
“Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frederico Westphalen – APAE”
Processo Administrativo nº 179/2019
Inexigibilidade de Chamamento Público nº 18/2019**

Objeto: Parceria para execução de atividades na área da Assistência Social com a finalidade de conjugação de esforços para realização do projeto “Subvenções Sociais 2019 – Qualificando Ações”, conforme plano de trabalho.

Nos termos do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, o Município de Frederico Westphalen, apresenta justificativa para deflagração de processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 18/2019, para fins de firmar parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frederico Westphalen, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 88.658.638/0001-65.

O Município realizará repasse financeiro no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a execução do projeto “Subvenções Sociais 2019 – Qualificando Ações” através do Programa de Subvenções Sociais 2019.

A parceria encontra amparo legal no artigo 31, caput, c/c art. 31, II da Lei Federal nº 13.019/2014, pois trata-se de única entidade com experiência para executar a parceria no município.

O objeto proposto pela parceria será aplicado para desenvolver atividades de melhoria das ações desenvolvidas pela APAE, através da aquisição de materiais de uso diário para limpeza e higiene, materiais de papelaria e expediente indispensáveis ao funcionamento da entidade.

Cumprindo observar que a APAE, apresentou justificativa e plano de trabalho, bem como fora autorizada a parceria através da Lei Municipal nº 4.654 de 24 de julho de 2019 e o projeto foi aprovado pelo Conselho Municipal da Assistência Social conforme Ata nº 05 de 01 de julho de 2019.

Desta forma entendemos que o presente caso enquadra-se na hipótese do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, ou seja, de inexigibilidade de chamamento público.

Admite-se a impugnação a presente justificativa, nos termos do § 2º do art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Publique-se.

Frederico Westphalen, 16 de setembro de 2019.

José Alberto Panosso
Prefeito

